

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Olho nas câmeras

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), vai monitorar o repasse de recursos federais para o uso de câmeras corporais pelas forças de segurança no país. No início da semana, portaria do Ministério da Justiça estabeleceu as diretrizes para a utilização desse equipamento. O ministro Ricardo Lewandowski evitou entrar em controvérsia com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que facultou aos policiais a escolha de acionar as câmeras.

Explique-se

Se o ex-integrante do Supremo Tribunal Federal não quis confrontar o governador, o atual presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, cobrou explicações. O magistrado deu prazo de 72 horas para que Tarcísio de Freitas explique os termos do edital para compras dos equipamentos de imagem. Barroso tomou o procedimento após analisar pedido da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Munição para o crime

Presidente da Embratur e sobrevivente da violência promovida pelo crime organizado no Rio de Janeiro, Marcelo Freixo lamentou a derrubada do veto presidencial que impunha restrições ao acesso a armas. “Quanto mais flexível for o acesso às armas de fogo, maiores as chances de elas caírem em mãos erradas e favorecem o crime organizado”, escreveu em uma rede social. Segundo Freixo, 82% das armas encontradas nas mãos de criminosos no Rio têm origem legal.

Sem regulação

Criadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, as agências reguladoras federais gritam por socorro. Onze entidades divulgaram nota conjunta em protesto contra o corte orçamentário, que chegaria a 20%, e alertam para a grande defasagem de servidores. Segundo as agências, mais de 65% dos cargos do quadro de pessoal estão vagos.

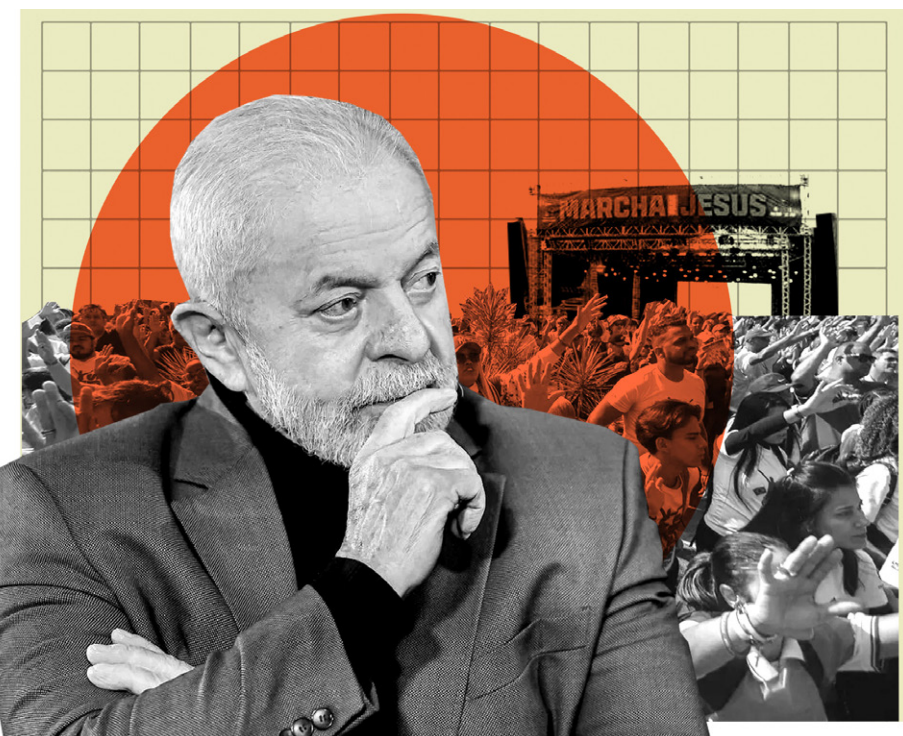
As dificuldades de Lula na polarização

Em mais uma tentativa de se aproximar do eleitorado evangélico, o presidente Lula enviou uma carta felicitando os organizadores da Marcha para Jesus, em São Paulo. É conhecida a dificuldade do petista em dialogar com esse público, em razão das divergências frontais na pauta de costumes.

Apesar da cordialidade com os líderes da marcha — Lula foi convidado para o evento —, a fronteira política entre evangélicos e o Planalto permanece delimitada. Basta lembrar que, na terça-feira, o Congresso Nacional, onde evangélicos têm forte influência, derrubou

o veto presidencial à proibição de financiar campanhas oficiais que busquem “desconstruir, diminuir ou extinguir” o conceito de família tradicional.

As derrotas de Lula no Congresso refletem as dificuldades do atual governo com determinados segmentos da sociedade, em boa medida por causa da polarização permanente no país. O fim das saídas temporárias de presos e a taxação de 20% sobre as blusinhas comprovam desgastes com a bancada conservadora e com o empresariado, grupos que representam parcela importante do eleitorado de oposição ao governo Lula.



No sufoco

Segundo o texto, “a realidade vivenciada pelas agências põe em risco toda a evolução ocorrida ao longo desses anos, tendo em vista a situação crítica orçamentária e de pessoal que estão enfrentando”. Entre os problemas urgentes que dizem respeito à atuação das agências reguladoras, constam a crise dos planos de saúde, os apagões no fornecimento de energia e o garimpo ilegal.

Problema geral

Subscvem o documento: Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Águas (Ana); Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); Agência Nacional de Cinema (Ancine); Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Agência Nacional de Mineração (ANM); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).


O futuro é bio

Na próxima terça-feira, autoridades e especialistas se reúnem em Brasília para discutir a bioeconomia nos países do G20. A ideia é expor os problemas, os desafios e as perspectivas dessa atividade nas 20 maiores economias do mundo. Do governo federal, está prevista a participação dos secretários nacionais de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Carina Pimenta; e de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Rodrigo Rollemberg.

Ponte

Frequentemente envolvidos no antagonismo entre o agronegócio e o meio ambiente, os ministros Carlos Fávaro (Agricultura) e Marina Silva (Meio Ambiente e Mudanças Climáticas) se reuniram para unir esforços. Discutiram propostas para reduzir a emissão de gases no agro. Segundo Fávaro, um objetivo comum é combater o desmatamento ilegal.

Informe Publicitário



Brasília
Ano IV - nº 669
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)
www.ciee.org.br

CIEE em parceria com o IFRS lança curso de inglês gratuito




Os conteúdos podem ser acessados remotamente via mobile ou desktop e não possuem nenhum custo

Visando a preparação dos jovens e universitários para o mundo do trabalho, o **Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE** juntamente com o **Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)**, lançou um curso de inglês gratuito disponibilizado na plataforma **CIEE Saber Virtual**, que pode ser acessado remotamente por qualquer dispositivo conectado à internet gratuitamente.


O curso é composto por dez temáticas e foi elaborado para proporcionar o ensino do idioma de forma progressiva, com conteúdos que ensinam o indivíduo como fazer sua identificação pessoal, compreender questões relacionadas à localização no tempo e espaço, desenvolver o vocabulário e estruturar frases de nível básico. Ao todo, o aprendizado conta com 300 horas de aulas, 30 horas por temática, que abrange vídeo aulas, exercícios e material de apoio; com certificado emitido pelo IFRS.

Para acessar é necessário fazer inscrição na plataforma do IFRS e, uma vez logado na plataforma, clicar no link correspondente à temática em que deseja se inscrever ou acessar o link: <https://sabervirtual.app.toolzz.com.br/login?institution=sabervirtual>.


O CIEE Saber Virtual é uma plataforma de cursos online do CIEE que possui conteúdos voltados à preparação de jovens no mundo do trabalho, com conteúdos que vão desde matemática básica e gramática até como se preparar para uma entrevista de emprego. Todos os cursos são gratuitos e podem ser acessados a qualquer momento e em qualquer lugar.

<https://sabervirtual.app.toolzz.com.br/login?institution=sabervirtual>



#CIEE IMPARÁVEL



JUDICIÁRIO

Decisão dá brecha para a “saidinha”

Ao analisar caso de preso em Minas, Mendonça frisa que lei não retroage para prejudicar e pode indicar rumo no STF sobre o tema

» LUANA PATRIOLINO

Usando o conceito penal básico de que a lei não retroage para prejudicar o réu, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve o direito à saída temporária a um preso de Minas Gerais, que havia perdido o benefício depois da aprovação da norma que restringiu a chamada “saidinha”. A decisão, porém, indica o caminho que o caso deve tomar na Corte, em caso de judicialização do tema.

A lei aprovada pelo Congresso, e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, revogava a possibilidade de condenados por crimes hediondos ou cometidos com violência ou grave ameaça saírem temporariamente da cadeia para estudar ou trabalhar. Porém, no entendimento do ministro a lei não alcança quem já desfruta do benefício.

“Entendo pela impossibilidade de retroação da Lei 14.836, de 2024, no que toca à limitação aos institutos da saída temporária e trabalho externo para alcançar aqueles que cumprem pena por crime hediondo ou com violência ou grave ameaça contra pessoa — no qual se enquadra o crime de roubo —, cometido anteriormente à sua edição”, salienta Mendonça na decisão. A argumentação do ministro deixa brecha para que o STF entenda tornar-se repercussão geral — ou seja, aplicada aos casos semelhantes em outras instâncias da Justiça.

Ataques

A decisão foi suficiente para que Mendonça passasse a ser

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Bolsonaristas usaram as redes sociais para atacar o ministro pela decisão

atacado pelos bolsonaristas nas redes sociais. Apoiadores do ex-presidente — que o indicou para uma das cadeiras do STF — o chamaram de “terrivelmente covarde” e de “erro de percurso”. A quantidade de xingamentos fez com que o nome do magistrado atingisse a aba de assuntos mais comentados do X (antigo Twitter).

Antes de o Congresso derrubar o veto de Lula, em 16 de abril o ministro Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) compareceu a uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados cujo tema foi a restrição às “saidinhas”. Na sessão, ele não apenas disse ser inconstitucional impedir que os presos tenham contato com suas famílias, como ressaltou

que a medida era uma questão de humanidade.

“Estamos defendendo um valor cristão, um valor fundamental da Constituição, e daí o veto basear-se em uma inconstitucionalidade”, explicou o ministro, frisando que Lula sancionou “praticamente na totalidade esse projeto de lei que representa a vontade da soberania popular expressa pelo Congresso”.

A decisão de Mendonça refere-se a um detento condenado por roubo com emprego de arma de fogo. A decisão foi dada em um habeas corpus, apresentado pela defesa, que argumentou sobre a irretroatividade de lei penal mais dura. Os advogados apontaram que o preso adquiriu o direito por meio da Lei de Execução Penal, anterior à mudança.